

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

PROPOSTA DE CRIAÇÃO

Alguns Elementos

**COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE-
RS**

Ijuí-RS, 10 de dezembro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

PROPOSTA DE CRIAÇÃO

Alguns Elementos

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar a proposta de criação da Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul.

A demanda por uma Universidade no Norte do Estado é antiga e se fortaleceu com a decisão do Governo Federal de expandir o Ensino Superior no País e, mais concretamente, com a implantação das Extensões da Universidade de Santa Maria em Palmeira das Missões e em Frederico Westphalen, prevista para 2006. Estas extensões podem ser consideradas um primeiro passo para a criação da Universidade Federal do Norte, assim como a criação do Pólo Regional de Licenciatura em Três de Maio.

O presente documento apresenta, inicialmente, uma caracterização geral do que estamos denominando de região Norte do Estado. Em seguida, enfocamos a necessidade e a importância de uma Universidade Pública para potencializar o desenvolvimento sustentável desta região. Posteriormente, propomos algumas características que consideramos fundamentais para a referida universidade. Por fim, enfocamos elementos relativos ao processo de construção da Universidade Federal.

Nosso objetivo final, como já destacamos, é a criação da Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul. No entanto, compreendendo a complexidade da criação de uma universidade federal, propomos, inicialmente, a implantação de novas extensões nas diferentes micro-regiões, a exemplo de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO NORTE

A região que estamos denominando de “Região Norte” do Rio Grande do Sul, é geograficamente delimitada, para fins deste documento, a partir das seguintes regionais do IBGE: Carazinho, Cerro Largo, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Sananduva, Santa Rosa, Santo Ângelo, Três Passos. Além das características econômicas, políticas, sociais e culturais que identificam a região, esta delimitação leva em consideração o atual grau de organização da comunidade na busca da implantação de uma universidade federal. Desta organização surgem os Comitês Regionais Pró-Universidade Federal, que se articulam em torno de “cidades-pólo” como Erechim, Ijuí, Santa Rosa e Três Passos. Cabe também destacar que esta porção do território gaúcho é também conhecida como “colônias novas”, tendo em vista ter sido ocupada por imigrantes europeus no final do século XIX e início do Século XX, elemento determinante da identidade comum regional.

Em termos de população, o Norte do Rio Grande do Sul contava, em 2004, com 1.496.211 habitantes. Deste total, 491.918 residiam na zona rural (32,9%) e 1.004.293 na urbana (67,1%). A região respondia por 14,1% do total da população do Estado, por 28,7% da população rural e por 11,3% da população urbana. A Região contava com 253.486 jovens de 15 a 24 anos, o que representava 16,9% da população regional e 13,5% da população do Estado nesta faixa etária. Importante destacar que a população do Estado na mesma faixa etária representava 17,6% da população total.

Tomando-se por base a produção total, a “Região Norte” respondia, em 2003, por 14,1% do PIB total do Estado. Em termos de Valor Adicionado por setor na região, a agropecuária respondia, em 2002, por 33,2%, a indústria por 22,6% e os serviços por 44,2%. Na comparação com o Estado, a Região respondia por 12,4% do valor adicionado total, enquanto que a agropecuária por 27,8%, a indústria por 7% e os serviços por 12%.

A agricultura, especialmente a de caráter familiar, é a atividade base nesta região. A maior parte da indústria existente na região é de transformação de produtos agropecuários e/ou de máquinas e insumos agrícolas. Os setores de comércio e serviços reagem positiva ou negativamente dependendo da situação

vivida na agricultura. O empobrecimento da região que já foi celeiro do Estado no setor primário é visível.

A imensa maioria dos Municípios não conta com indústrias; sobrevivem única e exclusivamente da produção primária. Em boa parte deles, a previdência social acaba sendo decisiva na permanência das famílias no meio rural, através do pagamento dos benefícios do regime especial.

Dos produtos agrícolas cultivados, os que ocupam maiores extensões de terras são os grãos: soja, trigo e milho. Em que pese haver um consenso em torno da necessidade de diversificação de culturas, há um avanço muito tímido nesta direção. Ocorre que quase todo o aparato agrícola, ou seja, assistência técnica, crédito, agroindústrias, cooperativas de produção, comércio de compra e venda de produtos, etc, estão estruturados para a monocultura.

Esta tradição na produção não tem gerado apenas problemas econômicos para as famílias que sobrevivem do cultivo da terra. A natureza tem sofrido duramente as conseqüências deste comportamento. As matas foram substituídas por lavouras, os rios foram assoreados e os solos estão cada vez mais dependentes de produtos químicos.

Os Municípios que resistem melhor à crise vivida na agricultura são os chamados pólos regionais. É ali que estão concentradas as principais instituições das microrregiões da metade norte do RS: instituições de ensino de terceiro grau, instâncias regionais dos órgãos governamentais federais e estaduais, indústrias de médio e até grande porte, agências bancárias, hospitais regionais, etc.

Dentre estes Municípios líderes podemos destacar: Santo Ângelo, Ijuí, Santa Rosa, Três Passos, Erechim e Palmeira das Missões. Muitas vezes, os indicadores econômicos positivos de alguns destes municípios, divididos proporcionalmente dentre os habitantes da microrregião a que pertencem, passam a idéia de que há um desenvolvimento adequado de todas as localidades, o que não se verifica na realidade, pois estes pólos regionais concentram o desenvolvimento e seus benefícios.

As dificuldades econômicas têm apontado algumas alternativas para a população desta região: teoricamente ganha força a tese do desenvolvimento endógeno, com uma visão global e um agir local. O incentivo às empresas locais e a

atração de empreendimentos que possam contribuir para a sustentabilidade regional são exemplos de diretrizes que perseguimos. Construção de pequenas usinas de geração de energia elétrica, agroindustrialização de mais produtos agrícolas, diversificação de culturas, instituição de rotas turísticas, cultivo e comercialização direta de alimentos orgânicos, etc, já são experiências vividas por diversas organizações cooperativas e associativas da região.

O ambiente natural é um grande patrimônio da região: a Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, as matas e espécies animais merecem todo o cuidado e atenção. Lamentavelmente, na ânsia de produzir cada vez mais, muito desta riqueza está ameaçada. Atualmente temos iniciativas exitosas na região, quanto à proteção do meio ambiente, no que diz respeito à destinação adequada do lixo, ao incentivo à produção ecológica, ao impedimento da devastação de matas e à proibição da caça e da pesca no período da piracema. Contudo, estas iniciativas ainda são insuficientes.

Na busca de alternativas econômicas, as lideranças da região (administrações públicas, universidades, conselhos regionais de desenvolvimento, movimento sindical...) têm apontado o turismo como uma possibilidade de alavancar o desenvolvimento. Fruto disso, vários empreendimentos foram feitos, tais como: parques temáticos, hotéis fazendas, “pesque-e-pague”, restaurantes, balneários, festas tradicionais. Gradativamente, a população da região não só vê o turismo como uma forma de atrair visitantes, mas ela mesma passa a usufruir daquilo que lhe é ofertado como oportunidade de lazer e entretenimento.

O Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico – IDESE da “Região Norte” (0,689) fica sensivelmente abaixo da média estadual (0,754). Dos itens considerados pelo índice, educação e saúde estão um pouco superior à média estadual (educação: 0,855 contra 0,849; saúde: 0,857 contra 0,844), enquanto renda e saneamento ficam abaixo da média estadual (renda: 0,685 contra 0,759; saneamento: 0,362 contra 0,564).

A população da “Região Norte” é muito diversificada quanto à sua origem. A maior parte da população é descendente de alemães, italianos, poloneses, portugueses e espanhóis. No entanto, é importante destacar que grande parte da população indígena do Estado vive na região, onde se concentram várias reservas.

Em que pese ter havido uma mistura acentuada entre os membros das várias etnias, ainda se percebem localidades marcadas pela forte presença de uma única descendência. Há vários Municípios habitados quase que exclusivamente por alemães ou por italianos, por exemplo. Persistem ainda grandes diferenças culturais, principalmente nas concepções de trabalho, lazer e religião, entre brancos, negros e índios.

As manifestações artísticas contam com festivais nativistas ou de músicas sertanejas. Há muitos músicos talentosos de variados estilos musicais (rock, samba, nativismo, sertanejo, MPB, gospel ...) que sobrevivem conjugando esta atividade com outra profissão. Há inúmeros grupos de danças ligados aos Centros de Tradições Gaúchas. Ainda incipientes, mas em ascensão, há vários de danças típicas e de teatro. Os cinemas são encontrados apenas nos Municípios maiores.

Quanto aos índices educacionais, considerando-se o Censo Demográfico de 2000, a “Região Norte” contava com 79.078 alunos matriculados no Ensino Médio (16.2% da matrícula total do Estado), 2.138 no Pré-Vestibular (8,8% da matrícula total do Estado) e 32.332 em Cursos Superiores de Graduação (12,7% da matrícula total do Estado). Comparando-se o total de alunos matriculados no Ensino Médio e na Graduação (111.410) com a população regional na faixa etária de 15 a 24 anos (253.486), verifica-se que em torno de 44% dos jovens na idade adequada estaria matriculado nos referidos níveis de ensino. Comparando-se o número absoluto de matriculados no Ensino Médio na Região (79.078) com o número de alunos matriculados na Graduação (32.332), constata-se a significativa demanda reprimida por Ensino Superior.

As escolas da região “mudaram de lugar” nas últimas décadas. Anteriormente, estavam localizadas em cada comunidade do interior dos pequenos e médios Municípios. Hoje, devido ao esvaziamento do meio rural e à diminuição da taxa de natalidade, o reduzido número de jovens residentes em cada comunidade do interior passou a ser transportado diariamente para escolas-pólo, construídas nas sedes dos Municípios.

Maior ainda é a distância percorrida pelos jovens que estudam no terceiro grau. Neste caso, o deslocamento é para os Municípios de médio porte. As opções de ensino público na região estão limitadas às Unidades da Universidade Estadual

do Rio Grande do Sul. A maioria das instituições são privadas ou comunitárias, o que exige razoável capacidade de custeio de cada aluno, dificultando ou até inviabilizando o acesso da grande maioria dos jovens ao ensino superior.

Cabe destacar que a grande maioria da população da região que não teve acesso ao ensino superior, quando questionada sobre o que deseja para seus filhos, responde de forma quase unânime: “faculdade”. Uma prova disso são os resultados do processo de Orçamento Participativo, realizado pelo Governo Estadual na Gestão 1999-2002, que sempre apresentaram como uma das prioridades em toda a região o tema da “universidade estadual”.

3. IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DO ENSINO SUPERIOR PARA A REGIÃO NORTE

A existência de Instituições de Ensino Superior em qualquer localidade ou região tem sido elemento fundamental de promoção de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria da qualidade de vida da população, a partir exatamente do melhor aproveitamento das potencialidades locais e da viabilização de maior respeito à vocação de cada comunidade.

Pode-se observar que os Municípios e as regiões que possuem sede de universidades estão permanentemente desfrutando de um acentuado processo de transformação econômica e cultural, através das parcerias firmadas entre estas instituições e as comunidades onde elas estão inseridas. É a partir da troca de informações e da interação científica, tecnológica e intelectual proporcionada por esta realidade que acontece a transmissão de conhecimentos necessários ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável que respeite e estimule os sistemas produtivos locais.

Os dados sócio-econômicos dispostos neste documento dão um demonstrativo do quanto se faz necessária e urgente a criação de uma universidade pública na Região Norte do Rio Grande do Sul, na perspectiva de fundamentar a promover o desenvolvimento sustentável desta parcela do Estado. Neste sentido, é necessário perceber as carências microrregionais e regionais, advindas da falta de investimentos e de políticas públicas voltadas a atender uma população de quase

um milhão e meio de habitantes, como em parte resultantes da ausência histórica dos benefícios advindos da oferta de ensino superior gratuito na região.

A localização das instituições de ensino superior públicas no Estado por si só já denuncia a atual carência da “Região Norte” neste sentido. Se traçarmos uma linha imaginária no centro do Rio Grande do Sul, veremos que as universidades federais se encontram em Municípios mais ao Sul e ao Leste do Estado: UFSM (Santa Maria), UFPel (Pelotas), FURG (Rio Grande), UFRGS (Porto Alegre) e, agora, a futura Universidade do Pampa.

A luta da “Região Norte” pela implantação de uma instituição pública de ensino superior é histórica. Há 25 anos, a intenção e a mobilização das comunidades sempre esbarrou na falta de vontade política dos governos. A ausência de ação dos governos anteriores levou a sociedade a buscar outras alternativas para a demanda da região por ensino superior, principalmente a partir da criação de instituições de cunho filantrópico como mantenedoras de universidades comunitárias, o que passou a implicar altos custos para a população mais pobre. Hoje, inclusive, algumas destas instituições particulares encontram-se em situação financeira precária. A expansão do ensino superior através da via privada, tanto nesta região, como no Estado e no País, concomitante à estagnação do crescimento da oferta de vagas públicas, não apenas não resolveu como pode ter agravado as desigualdades regionais, uma vez que o modelo permaneceu sempre condicionado à renda da população.

Os jovens são atraídos para os grandes centros, abandonam suas famílias e se estabelecem em outras regiões por não vislumbrarem a possibilidade de emprego garantido ou de futuro profissional. Na maioria das vezes, essa “migração forçada” contribui para o esvaziamento populacional das regiões, eleva os custos financeiros das famílias na formação dos estudantes, ajuda à formação de novos bolsões de miséria nas cidades-pólo das regiões, gera desemprego, e, por fim, inverte a lógica de “universalizar” os serviços básicos à população, neste caso, a educação superior.

Para suprir as carências já destacadas, faz-se necessária a implantação de uma Universidade Pública Federal na Região Norte. Uma universidade comprometida com o desenvolvimento sustentável desempenhará um papel relevante neste processo.

4. A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS

Universidade pública de qualidade é o que pleiteamos. Ela deverá ser comprometida com o desenvolvimento economicamente viável, politicamente democrático, socialmente justo, culturalmente diverso, ecologicamente equilibrado, levando em consideração o atendimento das necessidades e aspirações presentes e de gerações futuras. Uma universidade que resgate, respeite e potencialize a diversidade econômica, política, social, cultural e ambiental da “Região Norte” do Estado. Uma universidade na qual a organização curricular e as formas de desenvolver os conteúdos programáticos superem o tratamento isolado das disciplinas e contemplem uma “concepção de construção do conhecimento” fundamentada na integração permanente e estrutural entre disciplinas, cursos e áreas que viabilize a síntese histórica da realidade pelos sujeitos envolvidos. Uma universidade que resguarde o princípio da participação como essencial neste processo pedagógico de elaboração dos saberes, estimulando a reflexão teórica exigida pela prática, bem como a ação concreta fruto da reflexão.

Como forma de democratizar o acesso e incluir especialmente a população mais carente, concebemos a Universidade como multicampi, com unidades nas diferentes microrregiões, e com novas formas de ingresso. Considerando que o vestibular é uma forma de seleção dos candidatos ao terceiro grau, pelo fato de não haver vaga para todos, estamos desafiados a encontrar alternativas ao sistema tradicional de avaliação, a fim de causar o menor grau possível de injustiça para com aqueles que desejam estudar. Estas alternativas, além de valorizar a capacidade teórica de cada candidato, deverão incluir aqueles que historicamente têm ficado à margem das instituições de ensino, em especial as de terceiro grau, como os negros, os índios, os filhos de trabalhadores rurais e de assalariados urbanos, os portadores de necessidades especiais, etc.

A democracia, a autonomia, o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural deverão ser princípios orientadores da universidade. Queremos a garantia de uma universidade realmente democrática e autônoma, com gestão participativa e com direção eleita pela comunidade acadêmica. Queremos uma universidade que promova efetivamente a articulação entre o ensino, a pesquisa e a

extensão. Queremos uma universidade onde a concepção e a prática da democracia incorporem, em todos os momentos e processos necessários, não apenas os membros da comunidade acadêmica, mas também todos os setores sociais envolvidos nas diferentes áreas de atuação da instituição.

Um aspecto importante a considerar na implantação da Universidade da Região Norte é o peso da produção agropecuária nesta região (que responde por um terço da produção do Estado) e o grande contingente de pessoas vivendo no meio rural (32,9% frente à média estadual de 16,1%). Estes elementos por si só demonstram a necessidade da região estimular ainda mais a produção agrícola, criando alternativas viáveis para evitar um possível e desastroso êxodo rural. Atualmente as famílias enfrentam uma forte crise financeira, devido, principalmente, às freqüentes estiagens que assolam a região de maneira mais intensa do que no restante do Estado do RS. Aliados a este problema temos a monocultura (trigo e soja) e a política de preços dos produtos agrícolas que sequer cobre os custos de produção.

O desenvolvimento sustentável que defendemos rompe com a idéia de termos cursos que incentivam apenas a produção. Compreendemos que a vida humana tem diversos aspectos, além da capacidade para o trabalho, que devem ser considerados no processo de ensino aprendizagem. A universidade pública, além de se preocupar com a geração de empregos no processo de definição de seus Cursos, deverá garantir uma educação transformadora. Terá de estar atenta para perceber a efetivação ou não do acesso da maioria da população aos serviços de saúde e de transporte coletivo, as condições em que se apresentam as habitações populares e o saneamento básico, a existência ou não de formas de preservação da natureza, bem como as oportunidades de lazer e entretenimento que se constituem para os moradores destas localidades.

O objetivo deste documento não é o de definir áreas de atuação da futura universidade. No entanto, considerando a caracterização da região e a concepção aqui exposta, é possível destacar demandas em algumas áreas, apenas como exemplo: no âmbito da produção, cursos voltados para a fabricação de instrumentos e máquinas agrícolas ou para formas alternativas de produção e organização para a agricultura familiar; na área da saúde, profissionais em saúde pública, especialmente a preventiva e alternativa; na área do turismo, profissionais capacitados para

aproveitar as potencialidades locais e regionais; na habitação, profissionais preparados para atender demandas por casas populares de baixo custo; na educação, a formação de profissionais para atender os diferentes níveis e modalidades de ensino; na área da cultura, cursos de artes cênicas, música, etc.

5. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE

Temos consciência do difícil processo de criação de uma universidade federal. Sendo assim, consideramos a implantação de extensões de outras universidade como uma etapa da criação da Universidade da Região Norte. A história de outras instituições do gênero nos provam isto. No entanto, considerando a democracia como um princípio, é fundamental que o próprio processo de construção da universidade seja democrático, envolvendo toda população interessada.

Cabe destacar a forte participação no Movimento Pró-Universidade Federal do Norte de inúmera entidades e setores representativos, tais como: Via Campesina (Movimento dos Sem Terra - MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF, Regionais da CUT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Urbanos, dentre os quais o CPERS-Sindicato, Cooperativas, Escolas (Grêmios estudantis e professores), Associações de Prefeitos, Câmaras de Vereadores, Pastorais, especialmente a da Juventude, Diretórios Centrais de Estudantes - DCEs de Instituições comunitárias e privadas, Partidos Políticos. Em várias regiões e Municípios já ocorreram seminários e eventos públicos, reunindo milhares de pessoas, em defesa da Universidade Federal do Norte.

Atualmente há Comitês Regionais Pró-Universidade em Erechim, Ijuí, Santa Rosa e Três Passos), bem como Comitês Municipais na maioria dos quase 200 municípios. Estes comitês estão agora discutindo o perfil da Universidade, possíveis cursos ou áreas de atuação e infra-estrutura disponível. Em nível estadual, há uma Coordenação Estadual, formada por representações de organizações sociais e dos Comitês Regionais, bem como por Deputados Estaduais e Federais com atuação na região.

Enfim, o forte envolvimento da comunidade no processo é mais um indicativo da importância de uma universidade pública federal na Região Norte do Estado.

Ijuí-RS, 10 de dezembro de 2005.

Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal do Norte-RS

ANEXOS
Tabelas de Dados